

Guaimbê V Parque Solar S.A.

CNPJ 22.010.973/0001-44

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos aos exercícios findos em 31/12/18 e 2017. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários. São Paulo, 14 de junho de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS					BALANÇOS PATRIMONIAIS				
31 de dezembro de 2018 e 2017					31 de dezembro de 2018 e 2017				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017		
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.799	117	Fornecedores	7	8.406	17.352		
Investimentos de curto prazo	4	2.250	–	Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	–	40.726		
Contas a receber de clientes	5	2.105	–	Partes relacionadas	9	–	5.246		
Tributos compensáveis		131	–	Tributos a pagar		32	1		
Outros créditos		54	9	Conta de ressarcimento	10	810	–		
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		12.339	126	Adiantamento para futuro aumento de capital	9	–	97		
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Outras obrigações		66	131		
Tributos e contribuições sociais diferidos		–	106	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		9.314	63.553		
Conta de ressarcimento	10	77	–	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado, líquido	6	108.904	64.405	Capital social subscrito e integralizado		113.397	3.009		
Intangível, líquido		42	1.719	Prejuízos acumulados		(1.349)	(206)		
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		109.023	66.230	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.048	2.803		
TOTAL DO ATIVO		121.362	66.356	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.362	66.356		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.985	–	1.985
Aumento de capital		1.024	–	1.024
Prejuízo líquido do exercício		–	(206)	(206)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12	3.009	(206)	2.803
Aumento de capital		110.388	–	110.388
Prejuízo líquido do exercício		–	(1.143)	(1.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12	113.397	(1.349)	112.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
31 de dezembro de 2018 e 2017				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Companhia"), com sede na Cidade de Guaimbê, estado de São Paulo, na Estrada Vicinal Guaimbê/ Lins (GMB-010), Governador Mario Covas, Km 28 - s/nº Fazenda Primavera - CEP 16.480-000, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 02 de janeiro de 2015 e tem por objeto social a geração e comercialização de energia, de matriz solar fotovoltaicas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no ambiente de contratação regulada, para suprimento de energia elétrica. A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL obtida após o 6º Leilão de Energia de Reserva realizado em outubro de 2014, com energia contratada por 20 anos, capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 5,9 MWm. A construção da planta foi encerrada em abril de 2018. Em 04 de setembro de 2018, a Companhia, que, anteriormente, era controlada diretamente pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A., subsidiária brasileira do grupo espanhol ACS Group, passou a ser controlada indiretamente pela AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") e pela The AES Corporation (sedada nos Estados Unidos da América). A Companhia é controlada diretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A.

A comercialização de energia reserva regulado (CER) está contratada conforme abaixo:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)				Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
LER 2014	CCEE	51.684	279,90	outubro/17	setembro/37	IPCA	outubro	

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 14 de junho de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, submetendo-as nesta data a aprovação do Conselho de Administração.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.2. Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional
Em 31 de dezembro de 2018, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgá-las adequadas e que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade dos valores, pois a depreciação será limitada ao prazo de autorização, ou ao longo da vida útil estimada dos ativos, dos dois o menor.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando alguma manutenção relevante é feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A Companhia possui provisão para desmantelamento de ativos às quais referem-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo da Companhia. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

3.2. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram revisão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações do Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa sobre a sua realização. A Companhia procedeu à avaliação do IFRS 15-CP47 e concluiu que não há mudança de política contábil pela adoção da norma.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. Os contratos de energia estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades. As especificações do reconhecimento da receita e mais detalhes sobre os critérios de ressarcimento estão descritos na nota explicativa nº 10.

3.4. Contratos de arrendamento

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil classificados como operacionais. Os pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

3.6. Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019

Dentre os novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019, a Companhia somente espera impacto significativo na adoção do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, demonstrado abaixo:

DIRETORIA		
Ítalo Tadeu de Carvalho Filho Diretor	Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora	Anderson de Oliveira Diretor

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Notas	2018	2017	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		13	9.408	
CUSTOS OPERACIONAIS				
Custos com energia elétrica				
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão		(162)	–	
Outros encargos		69	–	
Custos de operação				
Serviços de terceiros		(212)	–	
Material		(13)	–	
Manutenção equipamentos de geração		(107)	–	
Depreciação e amortização	6	(3.918)	–	
Aluguéis e arrendamentos		(155)	–	
Outras despesas operacionais		(667)	(303)	
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(5.165)	(303)	
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		4.243	(303)	
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras		133	–	
Despesas financeiras		(5.413)	(9)	
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	14	(5.280)	(9)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.037)	(312)	
Contribuição social diferida		(27)	–	
Imposto de renda diferido		(79)	79	
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(106)	106	
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.143)	(206)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017		
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	(1.143)	(206)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(1.143)	(206)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017		
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	2018	2017

Atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício	(1.143)	(206)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.918	–
Juros sobre financiamentos e debêntures	4.058	–
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	(140)	–
Impostos diferidos	106	(106)
Baixa de ativo intangível	1.677	–
Aumento/redução dos ativos e passivos	(10.399)	123
	(1.923)	(189)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(129)	–
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(447)	–
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(2.499)	(189)
Atividades de investimentos:		
Aplicações em investimentos de curto prazo	(2.110)	–
Aquisição de imobilizado	(48.417)	(11.238)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(50.527)	(11.238)
Atividades de financiamentos:		
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	64.000	10.447
Aumento de capital	11.954	1.024
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	71
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(10.000)	–
Pagamento de empréstimos (partes relacionadas)	(5.246)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	60.708	11.542
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.882	115
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	117	2
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7.799	117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Descrição	2017	Ingressos	Encargos financeiros	Capitalização (principal)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	2018
Debêntures - 1ª Emissão	20.186	–	1.342	(21.528)	–	–	–
Debêntures - 2ª Emissão	10.093	–	583	(10.676)	–	–	–
Debêntures - 3ª Emissão	–	22.000	1.310	(23.310)	–	–	–
Debêntures - 4ª Emissão	–	42.000	823	(42.823)	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (i)	10.447	–	–	–	(10.000)	(447)	–
Total	40.726	64.000	4.058	(98.337)	(10.000)	(447)	–

(i) No balanço de 31 de dezembro de 2017 o saldo de empréstimos e financiamentos no valor de R\$10.447 foi demonstrado na rubrica de "empréstimos e financiamentos".

9. PARTES RELACIONADAS

Contas a pagar com partes relacionadas		
	2018	2017

Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (III) – 156
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (I) – 5.246
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (II) – 97

(I) Em 30 de janeiro de 2018, a Companhia assinou um contrato de mútuo com a empresa Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. com um limite de crédito no valor máximo de R\$100.000 sem incidência de taxa de juros. O contrato foi celebrado por prazo determinado, vigente da data da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2018.

(II) Adiantamento para futuro aumento de Capital.

(III) Contrato de prestação de serviço de construção da usina fotovoltaica.

10. CONTA DE RESSARCIMENTO - CCEE

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2014) celebrados entre a Companhia e a CCEE, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo: A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	2017	Provisão	Amortização	2018
CCEE	–	77	–	77
Total ativo	–	77	–	77

	2017	Provisão	Amortização	2018
CCEE	–	884	(74)	810
Total passivo	–	884	(74)	810

11. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliados pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como caracterizando uma obrigação presente como resultado de evento passado, com saída de recursos e confiável estimativa do valor.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social
Em 31 de dezembro de 2018, a Guaimbê Solar Holding S.A. é a única acionista da Companhia, com capital social subscrito e integralizado de R\$ 113.397, representado por 113.397.305 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Em 31 de julho de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital de R\$ 2.355, com a emissão de 2.355.209 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 3.009 para R\$ 5.365.
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2018, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 98.337, com a capitalização das debêntures, sendo R\$94.000 de principal e R\$4.337 de encargos financeiros, passando o capital social de R\$ 5.365 para R\$ 103.702, com a emissão de 98.337.140 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
Em 28 de dezembro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$9.696, com a emissão de 9.695.664 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 103.702 para R\$ 113.397.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia procedeu à avaliação do IFRS 15-CP47 e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações contábeis, como resultado na aplicação deste pronunciamento.

	2018	2017
Receita com energia elétrica faturada	11.190	–
Ressarcimento de energia	(733)	–
Receita operacional bruta	10.457	–
(-) PIS e COFINS	(1.049)	–
Total	9.408	–

14. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas financeiras	140	–
Renda de aplicações financeiras	(7)	–
PIS e COFINS sobre receita financeira	133	–
Total	(13)	–
Despesas financeiras	(4.058)	–
Encargos de dívidas	871	–
Juros capitalizados	(1.092)	–
Variação cambial - fornecedores	(79)	–
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(640)	–
Outras	(415)	(9)
Total	(5.413)	(9)</